



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

PRESIDENTE: SENIVAL MOURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 02 DE AGOSTO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Muito bom dia a todas e a todos.

Na qualidade de presidente, declaro aberta a 5ª audiência pública da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, com a presença dos Vereadores Senival Moura, Adilson Amadeu, João Jorge e Rodolfo Despachante.

[A presente audiência] vai debater os problemas relacionados ao aplicativo SPTaxi, conforme Requerimento 14/2023, do Vereador Adilson Amadeu, aprovado em reunião desta comissão.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial Cidade de São Paulo* desde o dia 17 de julho de 2023.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 24 de julho de 2023, no endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/>.

Foram convidadas para esta audiência pública, além dos senhores presentes no plenário e na galeria, os Srs.: Celso Gonçalves Barbosa, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito, representado pelo Sr. Gilmar Pereira Miranda, Secretário Executivo de Transportes e Mobilidade Urbana; Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – Ipem, que não compareceu; Roberto Cimatti, Diretor do Departamento de Transportes Públicos – DTP; Johann Nogueira Dantas, Diretor Presidente da Prodam, representado pelos Srs. Carlos Alberto Comar, Gerente Executivo de Negócios, e Aparecido Trindade de Melo; Luiz Carlos Fernandes Capelo, Presidente dos Taxistas Autônomos de São Paulo – SinditaxiSP; Antônio Raimundo Matias dos Santos, Presidente do SimtetaxiSP; representante da Adetax, que não compareceu; e Carlos Aberto Silveira, Presidente da TakSim.

Eu quero combinar com vocês, até para fazermos uma audiência pública dentro

daquilo que é possível fazer, da melhor forma possível: primeiro, eu vou abrir [a palavra] aos membros da Mesa para que façam as saudações iniciais; em seguida, faremos a inscrição de dez senhores que estão aqui para falar sobre o tema da audiência pública, o objeto do dia de hoje, pelo tempo de três minutos – que eu peço que seja respeitado.

Combinado? Para não ter problema nenhum, qualquer mal-estar e fazemos o trabalho da melhor forma possível. De acordo? Vamos lá.

Inicialmente, convido para a sua saudação o Vereador Adilson Amadeu; depois, o Vereador Rodolfo; em seguida, Roberto Cimatti; e, posteriormente, o Secretário.

Pode ser nessa ordem, Secretário?

Tem a palavra o Vereador Adilson.

O SR. ADILSON AMADEU – Bom dia a todos e a todas.

O requerimento aprovado há 40 dias traz essa audiência no dia de hoje; e os senhores, logicamente, taxistas, representantes da categoria, terão a oportunidade de questionar, falar a respeito com o Secretário, com o Diretor do DTP e também com a empresa que aqui está para esclarecimentos, de uma vez por todas, a respeito do tema.

Espero que seja uma audiência saudável, boa para a categoria, para todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Vereador Rodolfo Despachante.

Antes, porém, eu queria dizer que eu cometi uma gafe.

O Vereador João Jorge está no *chat*. Então, em seguida, após o Vereador Rodolfo, convido o Vereador João Jorge.

Desculpe, João.

O SR. JOÃO JORGE – Eu abro mão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K.

O SR. RODOLFO DESPACHANTE – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar a Mesa. Esperamos que essa nossa audiência seja saudável

e produtiva. Vamos torcer para que dê tudo certo.

Um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Conforme havia combinado, tem a palavra o Sr. Roberto Cimatti, para que faça as considerações iniciais sobre a audiência.

O SR. ROBERTO CIMATTI – Bom dia a todos os presentes.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente Senival, o Vereador Adilson Amadeu, o Vereador Rodolfo Despachante e o Vereador João Jorge; e me coloco à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K, Roberto.

Antes de passar a palavra ao Secretário, que será o próximo a fazer as considerações iniciais, eu gostaria de dizer que as inscrições serão feitas ao meu lado esquerdo, com o Vinicius. Quem quiser fazer uso da palavra já pode fazer a inscrição.

Secretário, fique à vontade.

O SR. CELSO GONÇALVES BARBOSA – Bom dia, Sr. Presidente, Vereadores Adilson Amadeu, João Jorge e Rodolfo Despachante; Dr. Cimatti; categorias que representam diversos taxistas, Sr. Carlos.

Obrigado pelo convite para participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K, Secretário.

Essas foram as considerações iniciais dos membros que compõem a Mesa da audiência pública.

Convido agora o primeiro inscrito para falar sobre o tema da audiência.

Quero que fale exatamente sobre o objeto da audiência, não queremos tratar outro assunto, porque o que interessa no dia de hoje é tratar o assunto que nós estamos tratando. A audiência refere-se ao sistema dos taxistas da cidade de São Paulo.

Tem a palavra, por até três minutos, o Sr. Bruno Fonseca, do canal de mesmo nome.

Então, eu vou pedir, se for possível, para fazer a fala lá embaixo, por favor.

Antes de o Bruno começar a fazer a fala dele, é possível colocar o cronômetro no painel com três minutos.

Bruno, bom dia. Pode iniciar.

O SR. BRUNO FONSECA – Bom dia, Vereador; bom dia a todos; ao Vereador Adilson Amadeu, Vereador Senival Moura e todos os Vereadores. Boa volta de recesso a todos.

Para quem não me conhece: muito prazer, meu nome é Bruno; eu tenho um canal no YouTube. Eu acompanho a Câmara, já trabalhei, li a pauta da audiência de hoje e queria dizer que vocês podem contar com meu apoio naquilo que você for necessário.

Conversei com uma pessoa que foi muito querida comigo: o Valentim. Imagino que ele seja um dos representantes dessa manifestação. E é importante vocês estarem aqui; é importante a voz da população, então, contem com meu apoio.

Eu quero fazer uma pergunta: quem é pai ou mãe? Se puder levantar o braço, quem tem uma família? É gente para caramba. Quem vem para a Câmara e espera que eles defendam vocês de verdade? Que estejam para defender vocês? Todo mundo, né?

Mas, Presidente, o senhor é investigado por, teoricamente, fazer parte de uma organização criminosa? O senhor acha que isso não abala a cidade de São Paulo... e a gente contando com o apoio do senhor?

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. ADILSON AMADEU – Não, parou. Não, você não vai fazer aqui... Olha, aqui os taxistas querem saber a verdade... Não venha tumultuar...

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vereador Adilson, o tempo dele está passando...

O SR. BRUNO FONSECA – O meu tempo está passando... eu estou com vocês nessa manifestação aqui, pessoal. Eu estou com vocês, sim. Eu estou com vocês nessa manifestação.

- Tumulto.

O SR. BRUNO FONSECA – Pessoal, eu estou com vocês nessa manifestação. Se você não gostou, então vá embora.

Então, continuando, porque meu tempo está rodando. Quando for sua vez de falar, você fala. Pessoal, eu estou com vocês nessa manifestação, só que a gente não pode passar pano para político. A gente está cansado...

- Tumulto.

O SR. BRUNO FONSECA – Pessoal, não estão querendo me deixar falar. O tempo está rodando. Tem pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O microfone está ligado, pode falar.

O SR. BRUNO FONSECA – Pessoal, obrigado. Isso é a população olhando para a população. A gente não pode passar pano para político, não.

O senhor sabe do que o senhor é investigado; e, Amadeu, não adianta vir gritar comigo, porque o próprio representante deles disse que o senhor está contra eles. Então, não venha gritar comigo aqui, não, porque eu respeito o senhor como Parlamentar, mas eu sou a população; e eu pago o salário de vocês, como todo mundo aqui também. (Palmas). Não vamos passar pano para político.

Vocês contem comigo. Eu estou com vocês nessa luta.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Primeiro: olha o nível.

Eu quero deixar claro que tenho mais de 40 anos de história de vida pública. Até hoje, nunca recebi uma intimação para prestar nenhuma espécie de esclarecimento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Eu vou pedir para o senhor ficar quieto. O senhor falou e não cortei a sua palavra. Se não, vou pedir para retirá-lo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – A audiência pública foi chamada para tratar da situação dos taxistas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Se ele continuar atrapalhando... Aqui foi combinado qual seria o formato.

Já vou convidar o próximo para fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO JORGE – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vamos lá.

O segundo é o Sr. Zito Amaral, Taxista.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Isso não me atinge. O que vem de baixo não me atinge. Fique tranquilo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Eu vou pedir para a GCM remover esse cidadão do plenário, por gentileza. Ele veio para tumultuar, esse vagabundo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO JORGE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ZITO AMARAL – Bom dia a todos.

Primeiramente, quero agradecer a todos os presentes. A gente chega em uma audiência pública com os papéis inversos; nós viemos para receber e termos esclarecimentos. Vamos lá.

Senhores, nós estamos aqui, hoje, para peticionar a obrigatoriedade de todas as imposições do aplicativo SPTaxi. A gente vê e, como se diz, já foram contadas algumas inverdades – inclusive, ao Secretário e ao Diretor do DTP – deixando claro que esse número que vão apresentar, hoje, de cadastro, não é verídico, porque há muitos taxistas que não fizeram cadastro no TakSim e constam dessa base. Então, já há aí uma inverdade e a gente precisa esclarecer os fatos.

Deixando claro que o sindicato, que diz nos representar, não fez uma assembleia pedindo autorização de nós, taxistas, para falar em nosso nome. Então, o simples apoio do

sindicato é de livre e espontânea vontade da cabeça dos diretores. Deixando claro, também, que só devo explicação a uma pessoa, hoje. Eu só devo explicação e respaldo ao Prefeito da cidade de São Paulo, que é o Chefe do Poder Executivo.

Prefeito, estamos contigo. Nós somos totalmente contrários à obrigatoriedade e suas imposições, pois somos motoristas autônomos. Não somos contra o aplicativo, mas nós precisamos debater alguns temas, desde a última revisão do nosso querido descumprimento do contrato, com a cláusula de 500 mil reais, sobre o qual o sindicato disse que ia investigar, ia prestar atenção e não o fez.

Aos senhores, que se dizem taxistas e falam em nome do táxi: quantas horas vocês trabalham? Há alguns questionamentos que a gente precisa esclarecer e aproveitar esse momento para debater com respeito, nada de ataques. Nós estamos aqui para receber esclarecimento, não acusar ninguém, muito menos questionar.

O que nós precisamos ouvir? Ouvir aquilo que nos foi proposto. Então, dizem que há um contrato da Prefeitura para nós atendermos, no qual não temos nada materializado. É tudo no “disse e me disse”. Nós, taxistas, como sempre, estamos sendo passados para trás com mentiras e nós não podemos deixar que isso atinja a massa, que não é a maioria. Nós não concordamos com nenhum tipo de obrigatoriedade. Eu vou falar muito sobre a questão da obrigatoriedade, porque não vou entrar em outros temas de contrato e de outras questões que estão acontecendo no setor dos táxis, porque nós somos motoristas autônomos.

Então, nós ficamos de fortalecer exatamente isto: a obrigatoriedade. E deixando claro ao Amadeu, ao Vereador Rodolfo, Senival e aos Diretores, que: por que não trabalharem em conjunto e deixarem tudo facultativo? Deixem que...

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Concluindo.

O SR. ZITO AMARAL – Concluindo.

Deixem que nós decidamos aquilo que nós queremos para nós. Nós somos autônomos. Tirem essa obrigatoriedade; tirem essas imposições e tragam os benefícios. Tudo o que for benéfico para o táxi será bem-vindo, mas tragam de livre e espontânea vontade. Não

com obrigatoriedade.

Obrigado a todos; obrigado aos presentes e aos que estão na rua. (Palmas)

O SR. JOÃO JORGE – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O próximo é Alessandro Fattioli.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Pediram para você ser o terceiro. A assessoria que me passou. Você vai falar agora?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tudo bem. Então, vou continuar.

O próximo é Valentim Domingos da Silva, taxista.

O SR. VALENTIM DOMINGO DA SILVA – Bom dia a todos; cumprimentando a Mesa, todos os presentes, os taxistas presentes.

Todos nós viemos por uma causa muito importante. Hoje, os taxistas, infelizmente, estão sem representatividade alguma. Infelizmente, o táxi está jogado. A gente tem que ser sincero e falar isso. A gente não está aqui para confrontar com ninguém; estamos para falar de demandas que estão acontecendo no meio táxi.

A questão, por exemplo, do SPTaxi e o desacoplador. Foi uma questão que nos jogaram goela abaixo, ou seja: não foi debatido com os taxistas. Aliás, a SPTaxi está aí há quase quatro, cinco anos, passa de mão em mão e nunca chega a lugar algum, porque não é debatido de verdade com aqueles que estão no dia a dia, com aqueles que buscam o seu sustento, com aqueles que levam o pão de cada dia para suas famílias. Vão buscar pessoas que não têm a menor competência, não têm capacidade para discutir, infelizmente. Devido a isso, vejam o fracasso que está a SPTaxi.

Queremos, sim, um aplicativo, que combata os demais, melhor do que os demais, não com uma taxa exorbitante como essa. Há uma plataforma que veio do Rio de Janeiro para cá e, no Rio de Janeiro, a taxa é zero. Aqui, vamos pagar taxa semelhante à dos aplicativos concorrentes. Além do mais, impõe-se um desacoplador e não explicou o motivo até agora.

Quando se pede uma coisa ou outra, uma informação, nada nos chega. Tivemos diversas reuniões com a Secretaria dos Transportes, com o próprio Secretário, com a Casa Civil, com o DTP e parece que as coisas não saem do lugar. Alguém está segurando, alguém está travando e não está deixando as coisas acontecerem da melhor forma para os taxistas.

Então, o que acontece? O taxista não quer ser obrigado, nós somos autônomos. E de que forma será agora?

Lutamos, tiramos a questão da obrigatoriedade do desacoplador, ficou facultativo, mas estamos vinculados a uma empresa particular onde, em abril, teve vazamento de dados de mais de mil taxistas, que até agora não foi esclarecido; até agora a Prefeitura não veio nos dar esclarecimento a esse respeito, de que fim levou tudo isso, se houve prejuízo ou não a esses taxistas. E agora, a gente tem que vincular o nosso Condutox, e se não fizer até o dia 15, vamos ser autuados, vamos ser impedidos, não teremos os documentos renovados.

— Ou seja: estamos vivendo numa ditadura no meio táxi, é isso? Nós não queremos isso. Regulamentação para o táxi? Para que mais, se já somos bem regulamentados? O interessante seria que vissem a desordem que está em Congonhas, nos terminais, nas rodoviárias, em grandes pontos; e não há fiscalização nos aplicativos, que é transporte irregular e clandestino. Onde está a presença da Secretaria, onde está a presença da fiscalização? Nos reunimos diversas vezes, pedimos à Casa Civil e para o Secretário dos Transportes. Eles nos atenderam bem, mas nada disso foi oficializado. Ninguém consegue chegar em Congonhas, todo o corredor Norte-Sul para devido os aplicativos e a fiscalização zero.

Vamos continuar trabalhando, levando para imprensa, para o Ministério Público, para que tomem providências, porque ninguém toma.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K, Valentim.

Eu vou convidar o Vereador João Jorge para fazer uso da palavra, ele está no *chat*. Ele havia se manifestado anteriormente, no princípio do tumulto, porém acabei não observando no *chat* e agora o Vereador fará uso da palavra. Vereador João Jorge, do PSDB, fique à vontade,

pode falar. (Pausa)

Vereador João, o seu microfone está fechado.

O SR. JOÃO JORGE – Agora sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Agora sim, pode falar.

O SR. JOÃO JORGE – Presidente, eu não ia me manifestar, eu deixei minha palavra para uso dos participantes, dos convidados para que tenham mais tempo. Mas após aquela manifestação infeliz, desrespeitosa, mal-educada e grosseira daquele moleque, no início da audiência, eu acho que tenho que falar alguma coisa.

Todos sabem, eu sou do PSDB, o Presidente Senival é do PT, ou seja, somos adversários políticos. No entanto, tudo que tenho ouvido do Vereador Senival Moura a essa molecagem, a esse desrespeito desse cidadão – se é que pode ser chamado de cidadão –, que fez, agora pouco, acusações levianas, infundadas, irresponsáveis, inconsequentes e criminosas, todas as informações que tenho do Vereador Senival Moura e que a Casa – que a Câmara de São Paulo – tem de um de seus membros, é que o Vereador Senival Moura é vítima.

Senival Moura nunca foi indiciado, nunca foi denunciado, tem o respeito dos colegas da Câmara. E mais, Vereador Senival Moura, se o senhor não acionar judicialmente esse moleque irresponsável que se manifestou, que tumultuou a Casa agora há pouco, se o senhor não fizer isso, vou pedir para o Presidente Milton Leite, em nome...

- Tumulto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. JOÃO JORGE – ... da Câmara Municipal de São Paulo, que o Presidente Milton Leite, em nome da Câmara Municipal de São Paulo, faça uma representação criminal contra esse moleque inconsequente, que não só desrespeitou o Vereador Senival, como desrespeitou a Casa.

- Tumulto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vou pedir para vocês: é um Vereador que

está falando. Vamos ouvir a fala do Vereador, depois vocês podem se manifestar. Pode falar, Vereador.

O SR. JOÃO JORGE – Para concluir, Presidente Senival Moura. Se o senhor...

- Tumulto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. JOÃO JORGE – Eu estou aguardando a sua ordem para falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K, Vereador João Jorge.

O SR. JOÃO JORGE – Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Pode concluir, Vereador.

- Tumulto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Olha, eu vou pedir silêncio para vocês, eu acho que vocês têm que se comportar como taxistas.

Nós estamos tratando do assunto dos taxistas. Porém, o Vereador está falando e vocês tem que ouvir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Ele não está inscrito nos dez que estão para falar por vocês.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vocês vão ouvir ou não? (Pausa). Pode falar, João.

O SR. JOÃO JORGE – Para concluir, Presidente.

Quero dizer que se o senhor, o senhor que foi atingido criminosamente por um moleque, se o senhor não entrar na Justiça contra ele, eu vou pedir para o Presidente da Câmara, Vereador Milton Leite, para entrar com ação, que acione criminalmente esse moleque irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Nós vamos providenciar.

O SR. JOÃO JORGE – Ele não só acusou o senhor como também toda a Câmara de São Paulo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K, Vereador João Jorge, muito obrigado.

Eu agradeço as palavras do Vereador João Jorge. Minha consciência está supertranquila, hiper tranquila.

Lamentavelmente, acontece esse tipo de atitude de pessoas de má índole e minha consciência está tranquila. Apenas sou mais uma vítima nesse processo, mas quem deveria fazer esse papel, a forma como que deveria estar representando, é o Estado, que não o fez da forma como deveria fazer, mas isso é o momento. E na política, lamentavelmente, as pessoas usam a política para isso, porque a política, o papel da política é fazer o bem e não fazer sacanagem igual fez esse moleque, usando o microfone. Não há problema, a resposta virá para ele, a resposta virá para ele, O.K?

Vou convidar o próximo a fazer uso da palavra e espero que vocês possam ouvir o colega de vocês que vai se pronunciar agora, que é Jeferson Pereira, taxista.

A palavra é por até três minutos.

O SR. JEFERSON PEREIRA – Bom dia a todos, taxistas e colegas. Bom dia, Presidente, Vereadores, Secretário e Departamento de Transporte Público.

Antes de tudo, queria saber de todos como é que se faz uma audiência pública. Porque acho que, primeiramente, a gente tinha que ouvir os Vereadores, ouvir o que a empresa tem para falar, depois os taxistas se manifestam e a gente tira um mínimo múltiplo comum de tudo, não? Pelo meu entendimento, as ordens não estão corretas.

Segundo, antes das cobranças em cima dos taxistas, acho que todo circuito municipal tinha que dar condições de trabalho para todos nós, ou não? Rodoviária Tietê, Barra Funda, impossível de trabalhar. Aeroporto de Congonhas, impossível de trabalhar, de uma forma ou de outra: por falta de fiscalização ou por excesso de fiscalização em cima dos taxistas. Tratam a gente como bandidos, primeiro. (Palmas) E a perseguição continua.

Não sei se vocês notaram, essa semana: em cima de todos os pontos, o DTP estava bem ativo, não?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JEFERSON PEREIRA – Outra coisa que eu tenho para falar é o seguinte: eu gostaria de saber – como todos nós temos carro – se nós somos obrigados a ter o aplicativo do Detran instalado no nosso celular.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JEFERSON PEREIRA – E por que vou ser obrigado a ter um aplicativo de táxi para pegar corrida?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JEFERSON PEREIRA – É, então. A obrigatoriedade teria que ter caído também, não? Por que eu sou obrigado? Eu não sou obrigado a ter a 99, eu não sou obrigado a ter a Uber, eu não sou obrigado a trabalhar com aplicativo. Não sou obrigado, muito menos, a trabalhar com ponto, porque há muitos que devem ter ponto livre. E por que vou ser obrigado a trabalhar com um aplicativo que tem cinco, seis anos e não sai do berçário?

Eu quero saber dos senhores se já fizeram alguma corrida com SPTaxi agora na nova plataforma.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JEFERSON PEREIRA – É porque ela não está funcionando, o que dá a entender que há muito interesse particular envolvido que não é dos taxistas. A classe representadora, que se diz sindicato, está do lado de quem? Da empresa. Devia estar do lado dos taxistas. Onde está a classe representadora?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JEFERSON PEREIRA – Está aqui, o nobre Ceará, o nobre Presidente do Sinditaxi estão aqui, estão ouvindo. Hoje é o dia de a gente fazer a nossa voz ser ouvida por todos.

Outra coisa que eu tenho para falar é o seguinte: nós não somos fofoqueiros, nós

não somos vagabundos. Nós somos taxistas do município de São Paulo. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. JEFERSON PEREIRA – Agradeço a presença de todos, espero que o movimento cresça cada dia mais e nós fiquemos unidos, porque o nosso movimento não teve participação de dinheiro de aplicativo nenhum. Que isso fique bem claro: que foi um movimento independente dos taxistas de São Paulo.

Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O próximo a fazer uso da palavra é o Sr. Luiz Pellegrino, taxista também.

Antes de o Sr. Luiz falar, só quero corrigir o Sr. Jeferson, que acabou de fazer uso da palavra. Antes do início da audiência pública, foi combinado com vocês o formato de fazer.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Eu li, combinei com vocês. Vocês falaram “de acordo”.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Leio.

Combinei, falei “tudo bem?”, vocês falaram “tudo bem”. Audiência pública começa da seguinte forma: inicialmente, foi aberta a palavra para os membros da Mesa se manifestarem, os Vereadores falaram. Foi o que ele questionou. Os Vereadores falaram; o Secretário teve o microfone aberto para falar, falou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Se ele não falou, aí é um problema de ordem do Secretário, mas ele teve o microfone para ele falar.

O Diretor do DTP, da mesma forma. Nós falamos. Em seguida, nós fizemos as inscrições, vocês estão fazendo os apontamentos e, ao término da audiência, eles vão responder. Então, a audiência pública funciona dessa forma.

Vocês é que têm de trazer os problemas, para vocês registrarem os problemas que vocês estão enfrentando. Foi isso o combinado e é isso que nós estamos fazendo. Então, não há nada fora daquilo que não foi combinado. Audiência pública, que eu conheço, funciona dessa forma.

O próximo a fazer uso da palavra...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Olha, mais uma vez, eu vou... Vereador Rodolfo, quer fazer uso da palavra agora?

O SR. RODOLFO DESPACHANTE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Eu não tenho como obrigar o Vereador a falar.

Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, eu acho assim: eles estão há tempo já, nas redes, pedindo audiência, foram recebidos na Prefeitura e pelo Secretário. Agora é o momento: seja “a”, “b” ou “c”, fazer as perguntas e depois tem que sair daqui com as posições e respostas do Secretário, da empresa – que no último minuto, eu vou falar a respeito –, para que os senhores tomem posição, sim; mas primeiro, os senhores têm que tirar as dúvidas.

Se veio 200, 300, mil pessoas, não interessa. Interessa que depois, tudo isso vai ser repassado para todos os taxistas. E tem que sair algo que seja realmente definitivo para os senhores: ou uma coisa ou outra, mas dentro de uma normalidade e dentro – que eu não me meti até agora – do contrato – porque o contrato não é meu, o contrato é da empresa que aí está.

Só que há o acompanhamento, não só do Secretário Gilmar Pereira, mas de um dos melhores procuradores que nós temos no município de São Paulo, que não vai aliviar nada, nada; vai, sim, cumprir. E os senhores têm a atividade dos senhores, que eu conheço um pouquinho, os senhores conhecem muito mais, apesar de eu ser de família taxista, mas os senhores conhecem muito mais do que eu...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Está ruim? Permitam-me. É o que temos.

Sendo assim, a posição deste Vereador, que eu – muitos podem não concordar, mas sempre estou procurando tentar fazer o melhor e não tenho...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – É, talvez para alguns não, para alguns, sim. O que eu vou fazer? Nem o senhor, nem Deus, nem Cristo agradou; mas eu procurei fazer sempre e vou continuar fazendo. Agora, as suas dúvidas, sejam diretos e retos para o Secretário e para a empresa, porque a minha manifestação depois, dentro de tudo que vai ser falado em respostas, irei, sim, ao Prefeito, ao Secretário, para que a gente tome as posições devidas.

Agora, a Prefeitura acertou, fez um certame e tem uma empresa credenciada. Se está demorando todo esse tempo – quero também já lamentar, já quero lamentar desde já. Só que eu vou usar o meu último minuto para falar algo para ficar gravado, no meu último minuto. Então, os senhores não percam tempo: façam como o Zito fez, como outros já fizeram – direto, façam a pergunta e o senhores terão que ter a resposta, porque tudo está sendo gravado e cópias taquigráficas também.

Aqui, eu acompanho – ali, o Sr. Vanderlei, uma advogada, uma senhora, não lembro o nome dela – permita-me, senhora – mas que está acompanhando, porque, juridicamente, os senhores têm que, dentro da lei, se nada estiver correto ou alguma coisa não estiver correta, definitivamente, tem que acabar com tudo e resolver de uma maneira melhor.

Mas o que eu queria falar para os senhores: façam suas perguntas. Agora é o Luizão; faça suas perguntas.

E aproveito, Luizão: quando você fez, com alguns amigos, pedidos para mim, não é por causa que na rede estão falando coisas que eu sei que eu não mereço, mas vocês que falaram, eu não deixei para trás algo que o senhor pediu, a questão dos 60 dias. O Antônio Matias não deixou para trás, o Sr. Luiz também não deixou para trás, viu? Eu não fiquei zangado com o senhor, com Alexandre, com ninguém; não fiquei, porque eu quero resolver para mostrar para os senhores que o senhor estava certo e vai ser um benefício para toda a categoria. Já quero,

quando o senhor esteve com mais cinco, o Fattioli e mais uns quatro, eu não fiz corpo mole, não.

O Secretário foi maravilhoso.

O SR. LUIZ PELLEGRINO – O senhor me permite?

O SR. ADILSON AMADEU – Não, isso é um outro assunto. Mas já quis falar para o senhor porque eu não atrapalhei em nada.

O SR. LUIZ PELLEGRINO – Sim.

O SR. ADILSON AMADEU – Mais dez dias. O Secretário me deu a notícia agora. Deverá o senhor receber a notícia em primeira mão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vamos lá. O próximo a fazer o uso da palavra é o Sr. Luiz Pellegrino, taxista.

O SR. LUIZ PELLEGRINO – Bom dia pessoal.

Acho que a gente não tem que ficar esticando em grandes formalidades, nós temos que ser diretos. Há a brevidade da coisa. Toda essa confusão começou com a obrigatoriedade.

Nós somos uma categoria, historicamente, liderada por autônomos. Tudo o que é imposição para nós não cai em bom tom. Não sou contra os aplicativos, mas o aplicativo não pode ser a única opção de trabalho de nós, como autônomos. Nós não podemos vender a nossa autonomia para a tecnologia.

O táxi existe em inúmeras outras portas que pode bater e não estamos acessando, porque está faltando uma comunicação. Uma coisa tão importante como aconteceu nesse fato, que o Vereador tocou: existe uma falta de comunicação. Nós estamos, eu estou aberto, quem conhece, está no táxi e perguntar pelo Luizão sabe como me encontrar. Eu não consigo imaginar como que essa linha de comunicação não consiga chegar e a gente fica sem resposta por um monte de coisa que a gente tem.

Então, eu não consigo também entender por que a Prefeitura, as agências que nos regulam estão com essa imposição tão grande quanto à obrigatoriedade. Acabamos com isso e vamos fazer um *marketing* de relacionamento e mostrar que o aplicativo “a” ou “b” são bons:

quem gostar que caia para dentro e vá trabalhar.

Outra coisa que quero pedir e que a gente não pode jogar fora: a nossa carteira de identificação, o Condutox. Nós não podemos ter essa carteira somente digital. Eu tenho o maior orgulho quando vou apresentar em algum lugar, mostrar minha carteira, meu Condutox, me apresentar como taxista. A gente não pode perder essa carteirinha nunca. Todo órgão, toda profissão regulamentada, como a OAB, os engenheiros, os farmacêuticos, advogados, têm as suas carteirinhas de class. Por que vocês estão querendo tirar a nossa? Querendo colocar a nossa carteira dentro de um aplicativo. Eu não quero trabalhar com aplicativo. Então, eu tenho de ter um aplicativo para eu ter meu documento?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIZ PELLEGRINO – Então, pessoal, é isso que a gente quer.

Vereador, a gente quer ter uma linha de comunicação clara; não só através das representações oficiais. Existem outras representações, existem outras vozes que vocês precisam ouvir. Não nos bloqueiem. Só isso que a gente quer. Abram a porta para que a gente possa sentar, criarmos um conselho técnico onde todos sentam em uma mesa e conversam sobre negócio. O táxi precisa ser conversado como negócio. Se nós somos empresas individuais, temos de tratar o nosso negócio individualmente – mas organizado. Nós somos uma marcha, um exército de empresários individuais que precisam ser bem orientados. Está faltando isso.

Se eu puder ser um agente nessa transformação, contem comigo. Valeu? Estou à disposição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K, Sr. Luiz Pellegrino.

Taxista, veio, fez uso da palavra e reivindicou aquilo que é o mais importante para vocês – que aí sim, no fim, nós vamos responder sobre isso, não antes. Eu não sei qual é a reivindicação de vocês. Eu não sei qual é. Eu não sou taxista.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Olha, vocês têm de vir aqui...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vocês têm que vir e dizer que não querem obrigatoriedade, querem que isso seja de forma facultativa. Aí, sim. Agora, vocês falaram. Vocês usaram o microfone para falar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O problema das pessoas é, às vezes, nem saber pedir o que quer. Não saber se manifestar. Às vezes, eles imaginam que você tem que adivinhar. Veio o Sr. Luiz e foi claro: “Não queremos a obrigatoriedade. Não aceitamos. Que seja instalado de forma facultativa”. Está claro aí, de forma facultativa. (Palmas). Agora, dialoguem, conversem.

O próximo a fazer uso da palavra é o Sr. Moacir Batista, taxista. Sr. Moacir, por gentileza, por três minutos.

O SR. MOACIR BATISTA – Bom dia a todos.

Bom dia aos amigos de profissão nobre. Bom dia. Bom dia aos caros Vereadores, ao Presidente da Câmara, ao Secretário e ao nobre Vereador Adilson Amadeu, que, em inúmeras ocasiões, nos ajudou.

Já fui em vários eventos onde ele defendia a família. Ele defendia a família lá na Avenida Paulista, defendeu a nossa categoria em inúmeras ocasiões em Brasília. Teve uma ocasião, que eu fui para Brasília, graças a ele. Outras, eu fui graças a mim. Mas não é sobre isso que eu quero falar.

Quero falar que vim brigar pela minha liberdade, pela minha liberdade de escolha. Estive aqui há seis anos também defendendo a minha liberdade de opção. Eu não quero trabalhar com aplicativo. Lá em Brasília, eu falei que não queria. Desinstalei o 99, que era 99Táxi, por quanto eles colocaram os carros particulares que, para mim, até hoje são clandestinos, visto que não são regulamentados pelo Poder Público. Se não há fiscalização, logo, são clandestinos.

Eu sou profissional nisso há 33 anos, quero defender a opção de escolher aplicativo “a”, “b” ou “c”, sem a obrigatoriedade de colocar um aparelho que vai me monitorar.

Oh, meu Deus, eu não quero ser monitorado!

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MOACIR BATISTA – Eu tenho 65 anos, não quero ser monitorado.

Não quero que meus dados sejam entregues para uma empresa que há problemas, eu não sei quais. Há muitos problemas, dentre os quais até alguns de ordem fiscal. Não vem ao caso agora essa pesquisa. Eu quero, simplesmente, ter essa liberdade, como todos nós, de não sermos obrigados a colocar um aparelho no nosso taxímetro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MOACIR BATISTA – Também quero falar uma coisa: pessoal, eu não só brigo pela liberdade do taxista, porque esse monitoramento viria através de um desacoplador monitorando o meu percurso, o quanto eu ganho por dia e o tempo que eu trabalho. Há dia que eu só posso trabalhar duas horas. Eu tenho outras atividades, não vou dizer se sociais ou não. Há dia que eu não estou em condições de trabalhar, por cansaço. Há dia, como ontem, eu fiquei no QAP por 17 horas.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. MOACIR BATISTA – Dezesete horas.

Eu quero, primeiramente, pedir, caro Vereador: o senhor sempre defendeu essa profissão como profissão nobre. Posso pedir um favor, Adilson? Sempre estive contigo, o senhor sabe disso. Defenda a nossa categoria desta empresa e de qualquer outra ingerência que não venha ser de acordo com a profissão nossa, que é nobre.

Eu queria dizer, quando o senhor fez aquela passeata na Paulista pela família, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Conclua, Sr. Moacir, por favor.

O SR. MOACIR BATISTA – Eu vou adiantar um pouco mais.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. MOACIR BATISTA – Olha, pessoal, é muito importante isso que eu vou falar: Deus, pátria, família e liberdade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Próxima a fazer o uso da palavra é a Sra.

Eliane Ratta, taxista.

A SRA. ELIANE RATTA – Bom dia a todos. Bom dia aos componentes da Mesa.

Primeiramente, eu gostaria de enaltecer a fala do Sr. Senival, que a política tem de ser para o bem. Enalteço a fala do Vereador, onde nós não estamos querendo tirar dúvidas, não queremos esclarecimentos. Nós queremos os nossos direitos perante o que está sendo colocado.

O desacoplador já se tornou facultativo mediante uma portaria. Porém, estão nos obrigando a instalar o aplicativo SPTaxi, porque, caso contrário, não será renovado o nosso ConduTax. É um documento de que precisamos para trabalhar, que o DTP o exige para que possamos desenvolver o nosso trabalho. Então, eu acho que todos estão aqui, reivindicando isso, Sr. Senival Moura.

Também, toda essa obrigatoriedade não consta nem no edital, nem no certame, nem em lugar nenhum. A palavra, no edital, no certame, está como “facultativo”. Eu não sei por que, no meio do caminho, vocês estão alterando, impondo isso para a nossa classe. Não é a primeira vez que nós estamos clamando pela não obrigatoriedade, Sr. Senival Moura. Nós viemos muitas vezes à Câmara, à Comissão de Transporte. No dia 10 de maio, também houve outra. Foi onde foi marcada essa audiência pública. Então, não é novidade para ninguém.

A única coisa que solicitamos é a nossa liberdade. Nós temos o direito de escolher se queremos o físico ou o digital. Se o DTP quiser que os documentos sejam digitais, que venham por um aplicativo da Prefeitura e que não sejam repassados os nossos dados a uma empresa terceirizada, que, daqui a dois anos, pode continuar no controle do SPTaxi ou não, mesmo porque já houve, em abril, o vazamento de dados. Então, eu acho que, se nós devemos obediência à Prefeitura, ela também tem de nos ouvir. Basicamente, é isso.

A TakSim lançou um contrato abusivo. Não foi esclarecido para os taxistas. Se não fossem algumas pessoas que tiveram a obrigatoriedade de instalar o desacoplador meses atrás, estava uma multa de 500 mil reais, caso o equipamento fosse danificado, extensiva a herdeiros e descendentes. Não foi divulgado. Nem a parte representativa do táxi falou sobre isso. Isso, aí,

caiu para 20 mil, mas todas essas cláusulas continuam.

Então, Sr. Senival Moura, estamos querendo a nossa liberdade na questão de escolha. Eu acho que está aqui, para todo mundo. Nós temos dois integrantes do Executivo: o Secretário de Transportes e o Diretor do DTP. Está nas mãos dos senhores o clamor da nossa classe.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K, D. Eliane. Então, o próximo, agora, é o Sr. Alessandro Fattioli, por até três minutos.

O SR. ALESSANDRO FATTIOLI – Vamos lá. Bom dia a todos.

Não há “bom dia a todas”, porque isso é redundância. A língua portuguesa já ensinou isso. Vamos lá.

Bom dia, principalmente, ao pessoal que está lá fora. Há muita gente lá fora e não é fácil ficar lá fora. Então, parabéns ao pessoal que está aí fora. Bom dia, aí, pessoal, Vereadores.

Vamos ao assunto. Quase tudo que eu ia falar, a Eli falou. Parabéns, viu, Eli? Porém, para deixar claro, não foi licitado um aplicativo para emitir documentos. Então, isso já é uma aberração. Tem de se tirar essa situação do ConduTax digital. Como muito bem se diz ali, quer digitalizar documentação? Que se faça um aplicativo da Prefeitura e não inventar um jabuti, que não estava na licitação e no edital, só para nos obrigar a nos cadastrar em um aplicativo. A empresa já não está respeitando o contrato e eu não sei porque é que esta Casa ainda não tomou uma atitude. Já era para ter tomado.

Prefeito Ricardo Nunes, preste atenção: ouça a categoria e não esses que ficam aí, ao seu lado, falando mentira. A categoria é importante na eleição, Prefeito. Ouça a categoria. Está tudo aqui. A empresa, em si, tem pedido de falência, processo cível e trabalhista – mais de um milhão e 800 mil reais de processo –, ação de despejo e mais outros protestos em cartório. Não vou citar quem são os sócios da empresa, em respeito às pessoas, porque isso não cabe, mas um deles tem 17 processos. Outro tem cinco processos. Outro tem 14 processos. Outro tem quatro processos. Todos são processos por falta de pagamento, enfim, e outras coisas piores. É

essa a empresa em que a Prefeitura quer nos obrigar a nos cadastrar? É isso, mesmo?

Eu não conheço o Sr. Gilmar o suficiente, mas muitas pessoas falam que ele é um excelente Procurador – e eu não duvido. O senhor, como Procurador, e não como Secretário de Transportes, que é a sua ocupação hoje, chancelaria que a Prefeitura deixe uma empresa nessa situação – que mostra que não é uma empresa idônea – administrar e gerir um patrimônio público? O senhor aceitaria isso? O senhor chancelaria essa situação? Eu acho que não. Como Procurador do município, o senhor não aceitaria.

Então, se a empresa é essa e não há como, que se mantenha o que estava no edital: facultativo, poxa. Por que obrigar? Para que obrigar? Vamos lá, deixar bem claro: é inacreditável obrigar os taxistas a colocarem os dados todos em um aplicativo que já demonstrou que não tem segurança, por causa das invasões que já houve e dos vazamentos de dados. É uma empresa que já demonstrou que não é idônea. Nós vamos ter de colocar os nossos dados lá? A Prefeitura vai deixar essa empresa gerir um patrimônio público, que é o SPTaxi? É um absurdo.

Só para terminar: todos nós já sabemos que, para quem não for trabalhar com o aplicativo, nós estamos liberados do desacoplador, mas nós estamos aqui, lutando pela categoria inteira e não só por aqueles que não querem utilizar o aplicativo. Há muitos taxistas que querem trabalhar com o aplicativo e eu acho isso justo, legal. Contudo, eles não querem o desacoplador. Então, tirem o desacoplador de todo mundo, poxa. Tem de tirar. Está bom?

Também sabemos que o CEO da empresa vai falar que o desacoplador não rastreia e tal, mas nós já sabemos que há apresentações comerciais da empresa para outras prefeituras e ele diz, claramente, tudo o que o desacoplador pode fazer se a Prefeitura quiser. Nós não queremos nenhum equipamento no carro para, no futuro, depois, quererem nos rastrear. Nós não temos nenhuma legislação federal que diga que temos de ter horário mínimo ou máximo de trabalho. Somos autônomos. Não temos de ser rastreados por ninguém e nem pela Prefeitura. Somos nós que determinamos a hora em que nós vamos trabalhar, e pronto. Ninguém manda na nossa profissão. Doa a quem doer, vamos lutar até o fim pela nossa profissão.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K. A próxima a fazer o uso da palavra é a Dra. Noemia Fonseca.

A SRA. NOEMIA FONSECA – Bom dia, Srs. Vereadores.

Eu quero deixar o meu bom dia especialmente ao Prefeito, porque parece que o Prefeito não percebeu que a empresa que ganhou o certame, quando houve o edital e todo o processo, era uma.

Tinha determinados sócios e, agora, a empresa tem esses sócios que o Fattioli acabou de dizer, que tem essa penca de processos. Os processos são tantos, que há condenação, inclusive, na lei de lavagem de dinheiro, crimes de lavagem de dinheiro e crimes tributários. A gente não sabe exatamente o que, porque são processos longos. Eu não tive tempo de pesquisar, suficientemente, mas denunciei isso nos mandados de segurança que entramos para 26 taxistas. Em duas liminares, os juízes foram claros em determinar que a obrigatoriedade é ilegal, mas eu quero dizer para vocês o seguinte: eu percebo que a classe está muito desunida ainda. A classe vai atrás de narrativas.

Há narrativas dizendo que o desacoplador já foi revogado. Há narrativas dizendo que não é mais obrigatório aderir a plataforma SPTaxi. São narrativas, gente. A lei é clara. O artigo 6º da Portaria 41/2023 é o que está valendo, ainda, para todos, independentemente das liminares, porque as liminares alcançam e amparam só quem entrou com mandado de segurança. Quem não entrou, continuam obrigados. Eu vou ler para vocês, porque o defeito do advogado é a leitura. A gente lê e não há decreto revogando. Há narrativas.

O artigo 6º diz o seguinte: “a partir do dia 17 de maio de 2023, só poderão ser renovados os alvarás de estacionamentos de táxi, que comprovadamente realizaram o processo de cadastramento na plataforma SPTaxi e cumprir com agendamento para instalação no aplicativo e seu respectivo equipamento denominado desacoplador do veículo”.

Todas as alterações que vieram depois, como a 61, 68 – ou 78, se não me falha memória – vieram no sentido de reforçar essa obrigatoriedade. Se lá no certame não havia essa obrigatoriedade, se a empresa que participou tinha como projeto instalar o *software* como

aconteceu, que eles contrataram uma empresa – hoje é a que processa a SPTaxi por não pagar as mensalidades, como o Fattioli disse – se essa plataforma, hoje, está sujeita, inclusive, a essas cobranças através da SPTaxi e se essa obrigatoriedade não foi objeto de um decreto claro e específico da Secretaria de Transporte com DTP – porque foram eles que fizeram essas portarias, porque a lei lá atrás, não falava nisso, mas agora existe – se acontece isso, gente, só as liminares suspenderão e só uma atitude do Prefeito, em prol da classe, é que vai revogar de fato o uso do desacoplador.

Os juízes foram claros em dizer que: você tem que instalar a plataforma, porque isso é a tecnologia. É hoje. Mas usar a tecnologia na corrida não é obrigatório. Isso está claro. Para nós, está claro e as liminares são mais claras ainda. É proibido, é vedada a implantação do desacoplador. É vedada a obrigatoriedade. Vocês estão certos. Continuem unidos e brigando, porque a obrigatoriedade interessa para algum grupo, para dar dinheiro para uma empresa e tirar dinheiro de vocês. É a tomada de três pinos que apareceu agora para mudar tudo isso aí.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Próximo orador a fazer uso da palavra é o Sr. Edson Sena, Presidente da Associação dos Taxistas de São Paulo.

O SR. EDSON SENA – Boa tarde a todos.

A não obrigatoriedade, todo mundo já falou. Eu queria falar com o Secretário – prazer em conhecê-lo – e Dr. Cimatti, da DTP, para mudar o nome: Departamento de Transporte Público, tirar o “P”. Coloca só “Departamento de Transporte”, porque o “Público” acabou lá. A gente não tem acesso a nada. Não consegue; para renovar um documento, demora um mês, 20 dias e a fiscalização pega na rua, prende o carro e a perseguição está grande.

Aproveitando, falou-se tanto de edital. O Fattioli falou de edital disso, edital daquilo. Não vou falar de desacoplador, não, porque está todo mundo falando de desacoplador. Há outros pontos, outras coisas, dentro da categoria, que acontece durante 20, 30 anos e as pessoas, todo mundo, faz vista grossa. Há edital de um sorteio – do último sorteio – que tem um monte de itens, que quem ganhasse o alvará não poderia pegar por várias coisas e muita gente ganhou.

Taxista que teve alvará há 30 anos que saiu da profissão, voltou agora por conta do táxi renovado, inscreveu-se. Existe um sorteio das outorgas do táxi preto, Dr. Cimatti. Existe a cassação de um dos alvarás do táxi preto. O taxista foi sorteado, comprou um carro de 60 mil reais. Pagou as outorgas. Quebrou, porque liberou o aplicativo da Uber na época, os clandestinos, não tinha corrida para ninguém. Depois de nove meses, teve que desmembrar o carro, depositou o alvará com 700 mil reais no CPF negativado. Não conseguia comprar carro. O alvará venceu no meio da pandemia. Esse alvará foi cassado, sendo que o taxista tem que receber, ainda, o dinheiro das outorgas. Está esperando cair na conta desde a eleição. Promessa de eleição.

Eu fiquei sabendo também, Sr. Fattioli, como você falou aí e alguns falaram, de uma empresa WeBee, de Campinas. Uma tal de WeBee – é a segunda. Agora que eu entendi. Alguns dias para cá, que entendi. Também sou contra a obrigatoriedade. Agora que entendi a guerra contra esse desacoplador, Vereador Adilson Amadeu e Vereador Senival, com essa WeBee. Ela é a segunda no certame. Então, quer dizer: a gente derruba a TakSim e a segunda assume, por interesse escusos, uma fatia da categoria que quer tirar um proveito e manipulando a categoria...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON SENA – Inscrevam-se para falar três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Conclua, Edson, por favor.

O SR. EDSON SENA – Aí, perguntaram, falaram a respeito do Prefeito usar a caneta.

A Lei 7329 fala que a Lei do Táxi é pertinente ao Prefeito, ao Secretário.

Vocês vão acabar com a categoria mais uma vez. Os caras vão extinguir essa categoria na caneta. Vocês estão brincando com o Prefeito. Vai aparecer um retardado igual o Haddad que colocou os aplicativos em cima da gente. Esses caras vão usar a caneta e extinguir a categoria, graças a vocês. Aqui é papo reto, é na goela. Aqui não tem osso na língua, não. Não tenho rabo preso com ninguém.

É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Convido o próximo a fazer uso da palavra,

o sempre Vereador Salomão Pereira.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. O assunto aqui é um só: o desacoplador. É isso que nós vamos falar.

Eu – primeiro, gente, vamos ouvir, vamos ouvir, que eu trouxe uma pauta de reivindicação que foi solicitado. Primeiro, o contrato que foi assinado com a TakSim com a Prefeitura, no IDA, na cláusula primeira, já fala bem claro: disponibilizar amplamente a plataforma SPTaxi a todos os interessados – quem tiver interesse usa, quem não tiver interesse não vai usar, é isso que tem que ser feito.

Agora, vamos, o que eu trouxe para reivindicação, e eu espero que todos os senhores prestem atenção: a instalação do dispositivo chamado desacoplador nos táxis dessa cidade é totalmente irregular, o taxímetro é ligado ao Inmetro e Ipem. À Prefeitura, compete apenas fiscalizar e reajustar a tarifa quando necessário e o Ipem aferir e nada mais. Qualquer dispositivo que venha ser instalado no taxímetro é necessário portaria do Inmetro; mesmo assim, não obriga ninguém a usar, é facultativo.

Aí, vem as reivindicações.

Primeiro, o alvará e o ConduTax são documentos públicos, a taxa de renovação é recolhida para os cofres da Prefeitura, a ela compete a expedição do documento renovado quando de seu vencimento e isso exigimos da Prefeitura. Não permitimos que nossos dados sejam passados para terceiros, controlando a Prefeitura, colocando a Prefeitura em risco de processo por fornecimento de dados.

Terceiro. Solicitamos que o Departamento de Transporte Público, o DTP, altere o artigo 6º, da Portaria SMT 078/2023, de dois de julho de 2023, que exige a renovação do cadastro municipal de condutores de táxi, ConduTax, instalar o desacoplador e baixar o aplicativo com o controle do nosso faturamento para a empresa de terceiro, a TakSim. A Secretaria dos Transportes, Portaria SMT 013 30/05//2023, do Sr. Secretário Gilmar Pereira Miranda, artigo 3º, inciso IV, aos veículos não habilitados do SPTaxi deverão portar o alvará de estacionamento expedido em formato físico pelo Departamento de Transporte Público.

Queremos que seja seguido o mesmo procedimento pelo DTP para o alvará e ConduTax, tornando facultativo o desacoplador e o aplicativo: instala quem tiver interesse. O contrato da TakSim da Prefeitura, na cláusula primeira, conforme já mencionei, é bem claro: a todos os interessados que utilizarem o serviço, a instalação do desacoplador é mais uma irregularidade. Ninguém é contra o aplicativo e, sim, as regras que estão querendo impor para a categoria.

Sete. Solicitamos que a TakSim desvincule o aplicativo do taxímetro, para que parte interessada possa trabalhar com a plataforma sem qualquer obrigatoriedade. Em 13 de março de 2022, a TakSim assinou o contrato com a Secretaria dos Transportes, com a assinatura do Secretário e tantos outros. Decorrido 16 meses, nenhum taxista fez uma corrida passada por essa empresa. Nessa posição, só queremos liberdade do contrato de qualquer empresa, horário de trabalho e faturamento. Somos uma categoria autônoma, amparados pela Lei Federal 2468, trabalhamos as horas que achamos necessário. Ninguém tem interesse em criar problema com esse ou com aquele Parlamentar do município e, sim, apenas exigir o nosso direito de trabalho como sempre foi prestado nesses 54 anos da lei do serviço de táxi.

Uma cópia vai ficar com o Secretário dos Transportes, vai ficar com o Diretor do DTP e o Presidente da Casa aqui, para que as providências sejam tomadas.

A todos, o meu muito obrigado. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K, Salomão Pereira. E o próximo a fazer uso e o último inscrito é o Sr. Iran Borges.

O SR. IRAN BORGES – Sr. Presidente desta Comissão, Senival Moura, acompanhado pelo Excelentíssimo Vereador Adilson Amadeu, Sr. Secretário Gilmar, Sr. Rodolfo Despachante e o Sr. Roberto Cimatti, Diretor.

Agradeço a todos vocês e agora, como a gente vive num país democrático de direito, cada um de vocês que estão aí no plenário querem representar aqui também a sua contrariedade contra o desacoplador e este maldito aplicativo. Isso é que eu cito e já falei isso mais de 200 milhões de vezes. Eu quero dizer isso de coração: há uma Constituição, Sr. Roberto Cimatti –

que é do Direito, operador do Direito e sabe muito bem os direitos do homem e da dignidade da pessoa humana. Está escrito aqui, inciso III: dignidade da pessoa humana.

E por que a questão do desacoplador? Porque ele fere outro princípio: a inviolabilidade. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou imaterial decorrente de sua violação.

Preciso dizer alguma coisa para cada um de vocês – eu falo assim mesmo, porque quando eu fiz o papel de Jesus Cristo, aos 9 anos, sentada aos meus pés, estava Verônica, que futuramente seria a minha namorada, e eu disse: “Senhor, perdoe, eles não sabem o que fazem” e Jesus Cristo morreu na cruz. Nós estamos reivindicando uma condição *Sine qua non*: qual é? O direito a reivindicar uma questão lógica que está na lei, a imposição e também vou reivindicar: por que o silêncio dos sindicatos? Por que os sindicatos não reclamam? Aqui não tem medo não, viu, não tem medo de morrer, não, porque um dia, a minha sepultura terá sete palmos de profundidade, mas ele terá mais um palmo. O palmo que significará o taxista, o taxista de São Paulo. Reajam.

E você, que está aí em cima, com esse bigode seu e esse seus óculos aí: eu sei que cada um de vocês gostaria de falar o que pensam. E por que não falam? E você, Vandeco, e meu amigo, Moacir, taxista de manhã e nós aqui, todos eles, Fattioli, todos eles, Vanderlei, todo mundo, Zito. Do WhatsApp fala, porque não tem coragem.

Um país que nós vivemos que tem a sua sanidade – espera aí, interrompida, porque fala uma coisa aqui, chega lá nos Estados Unidos, viram varredor de rua, viram faxineiros, viram tudo lá nos Estados Unidos, só faltam baixar as calças para os americanos, mas quando chegam, “eu sou ditador, um títere e mau”, que quer impor as suas condições sobre o taxista.

Não vamos admitir nem desacoplador e nem aplicativo. Mas se a lei... Uma coisa, Senival, nós vivemos numa sociedade *ubis societas sunt iura*: “onde há sociedade, há direito”. E se esse direito tiver que nos obrigar, nós teremos que aceitar. Obrigado a todos vocês.

Sr. Roberto Cimatti, com relação àquele rapaz que perseguia a minha moral e a minha conduta, ele não está ali, está trabalhando em outro serviço há muito tempo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Próximo inscrito, Sr. Carlos Alberto Silveira, da TakSim. Use o microfone ao lado, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Se você quiser fazer uso da palavra da tribuna, pode ficar à vontade. Se quiser ficar no seu local, também não tem problema algum. O microfone se estende até aí. (Pausa). Ou se o senhor quiser falar da tribuna, pode ser, para ficar de frente para o pessoal. Não tem problema. (Pausa)

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Bom dia a todos.

Obrigado à Câmara, ao Presidente e aos Vereadores, aos diretores e convidados, àqueles todos que estiveram, de alguma forma, convocados para esta audiência pública. Como CEO da TakSim, tenho a satisfação de estar à disposição para responder as perguntas que foram feitas em relação ao produto e, de todos os dias, levantar, para que o aplicativo se torne aquilo que é para a Prefeitura de São Paulo: um aplicativo moderno, atualizado e conforme respeitando as condições contratuais.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Pessoal, vou pedir silêncio para que ele possa fazer uso da palavra e explicar para vocês.

A regra é essa: ao término, vocês podem vaiar, fazer o que quiserem. Nós combinamos de dez pessoas fazerem uso da palavra, já falaram 12 representantes do segmento de taxistas. Então, vamos garantir a palavra do representante da empresa. Cabe a ele agora, neste momento, falar para convencer vocês. Agora, vocês têm que dar oportunidade para ele.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Deixa eu explicar para vocês.

O tempo de quem está compondo a Mesa é diferente. O tempo dos Vereadores e do Secretário é diferente. É um tempo maior, porque ele precisa responder muito mais. Talvez com uma palavra só ele resolva o problema de vocês, mas ele pode precisar de um tempo

infinitamente maior. Da mesma forma, o representante da empresa. Vocês têm uma série de dúvidas. Cabe a ele agora convencer vocês.

Vamos lá, Sr. Carlos Alberto. Por favor.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Então.

A partir do momento em que houve o certame – do qual nós, da TakSim, com outras duas empresas participamos e existiam três obrigações técnicas para apresentar no contrato do edital –, nós, na empresa de tecnologia que já estamos há quase 40 anos trabalhando em inovação e tecnologia, buscamos atender a todos os requisitos técnicos solicitados para o aplicativo da Prefeitura de São Paulo.

Então, há um leve engano em que o aplicativo seja da TakSim. Nós recebemos a incumbência, como objeto do contrato, de atender a todas as modernizações, a todas as solicitações e à operação e gestão do aplicativo da Prefeitura de São Paulo. Isso não é um aplicativo da TakSim. A TakSim é uma empresa de tecnologia, é uma empresa de inovação e é uma empresa que teve a meta e o objetivo de desenvolver tudo aquilo que foi requisito do edital analisado, vasculhado e, inclusive, questionado por nós, porque a exigência em termos de tecnologia era elevado e exigiu, da nossa parte, um investimento para cumprir os requisitos de contrato.

Então, para o contrato propriamente dito ou para a solução que hoje está apresentada aqui dentro através de um equipamento legal, um equipamento homologado, um equipamento que pode e deve ser lacrado pelo Ipem, nós tivemos o cuidado de: um – conversar com o Presidente do Ipem; dois – conversar com o Presidente do Inmetro, Superintendente do Ipem, fabricantes de taxímetro, DTP e todos os órgãos ligados à legislação pertinente ao táxi.

Quando tivemos o início das operações, a partir do dia 13 de março, quando foi assinado o contrato, em 90 dias, houve uma adesão de pessoas, taxistas que estavam procurando pelo aplicativo SPTaxi, que foi todo modernizado, atualizado e aderente aos requisitos técnicos do próprio edital. O edital tem requisitos técnicos, requisitos jurídicos e requisitos comerciais. Todos os itens analisados pela Comissão estão públicos, dentro do próprio

processo do edital e a existência do equipamento desacoplador não é uma invenção da TakSim.

O desacoplador é um equipamento previsto na Resolução Técnica do taxímetro e serve para obter dados do taxímetro, conforme pedido do próprio edital, para entregar as informações ao mundo digital. Ele não transmite nenhuma informação que não seja através do celular do próprio motorista. Do mesmo jeito que qualquer usuário de celular: estou observando vários que têm celular, que estão sendo observados pela Google ou pela própria Apple.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Então, de certa forma, o aplicativo é a maneira pela qual o usuário entra no mundo digital; e não é pelo taxímetro que ele faz isso, muito menos pelo desacoplador. O desacoplador foi e é a única solução possível para transformar o dado digital no mundo analógico do taxímetro para o mundo da transformação digital do celular.

- Manifestação fora do microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O representante da empresa está expondo os problemas para vocês. Nem isso vocês querem ouvir?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Olha, eu acho que seria prudente que vocês pudessem ouvir. Seria muito prudente. Esta audiência está acontecendo porque foi uma reivindicação de vocês. Agora, se vocês não querem ouvir, aí vocês têm que falar, que a gente encerra logo a audiência. Para mim, não há problema algum. Eu encerro a audiência e pronto. Agora, o representante da empresa está falando, está explicando e vocês não querem ouvir. Os interessados são vocês.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Faça a pergunta.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Ele está ouvindo, certamente ele irá responder. Sr. Carlos Alberto, por favor, pode continuar.

Peço silêncio mais uma vez, por favor.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Então, a nossa empresa de tecnologia e inovação, que foi convidada para fazer parte do grupo que entregou o projeto da TakSim, nós desenvolvemos projetos de tecnologia há muitos anos. Eu sou uma das pessoas que já criou produtos dos quais vocês se utilizam no dia a dia como, por exemplo, o imposto de renda, que está hoje, todos nós declaramos todos os anos.

Eu sou o autor desse produto que foi entregue para a Secretaria da Fazenda pela primeira vez, quando foi feito o imposto de renda. Eu mesmo já trabalhei, como profissional, em outras empresas de aplicativo. Já desenvolvi aplicativos para os ônibus, para o transporte público de passageiros. Também tive a responsabilidade de coordenar as Olimpíadas do Rio de Janeiro, além de trabalhar na parte de integração.

Então, se alguém quiser saber da minha vida profissional e não me questionar sobre minha competência técnica como engenheiro, estou à disposição para responder qualquer questionamento técnico em relação, inclusive, à criptografia, que foi única, aliás, é o único município no Brasil, hoje, que dispõe de um protocolo, uma criptografia e um certificado digital conforme exigido no próprio edital, questionado pela TakSim, pela complexidade e pela exigência que foi colocada no próprio edital.

Então se vocês não têm essa noção, no próprio produto SP Taxi existe um certificado digital que permite com que as transações econômicas que são feitas pelo taxímetro possam ser diretamente correspondidas aos bancos, sejam eles quais forem.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Desculpa, o que quer... Deixa eu terminar, eu respondo. Empresa violada? Não existe empresa, porque a empresa é um CNPJ, tá certo?

- Manifestação fora do microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Continuando, Sr. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Vou terminar, vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Pode ficar à vontade para que o senhor possa esclarecer. Quanto mais o senhor puder esclarecer, será melhor. Eu, se fosse um taxista, eu gostaria de saber. Agora, se vocês não têm interesse, depois, não venham mais pedir audiência pública para mim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Perfeito. Muito bem.

Então, de uma certa forma, como existe como segundo componente no processo, um certificado digital, o primeiro foi explicado que é o equipamento de integração, ele não é um rastreador, ele é um equipamento que comunicou o taxímetro, na saída serial, ao celular do próprio motorista, que deveria – e deve ter – seu cadastro validado.

Todo o processo de validação do cadastro para uso do aplicativo foi combinado, acertado e alinhado com o Secretário, com o Diretor do Departamento Técnico de Transportes Públicos, por quê? Porque, de uma certa forma, trata-se de cadastros de taxistas da Prefeitura de São Paulo. O SP Táxi não é um aplicativo da TakSim. No final do nosso contrato, ele vai ser devolvido para a Prefeitura de São Paulo com o código-fonte que foi utilizado pelo período de contrato. Isso está dentro do próprio contrato.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Toda e qualquer melhoria solicitada pelo nosso contratante, nós temos obrigação, por cinco anos, de implementar e fazer uso, conforme foi determinado em contrato.

De lá para cá, foram solicitadas cinco outras alterações, que foram implementadas e entregues dentro do prazo e da qualidade, exigidos pelo próprio contrato.

As informações que estão armazenadas dentro do aplicativo SP Táxi são da gestão do controlador do município. A TakSim não tem autonomia e nem a liberdade de transformar ou transmitir dados que não sejam autorizados pelo controlador geral do município de São Paulo. Ele é responsável pela guarda dos dados do DTP ou dos taxistas.

Se alguma pergunta deve ser feita em relação a vazamento, tem de ser perguntado

ao controlador geral do município. Nós seguimos todos os procedimentos da Lei Geral de Proteção de Dados. Nós somos operadores. Não temos autonomia em relação ao contrato.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Os esclarecimentos que foram – ou forem – solicitados pelo Sr. Secretário, pelo Sr. Diretor do DTP, pela Junta de Secretários ligada ao Prefeito de São Paulo, em relação ao incidente, inclusive que está sendo investigado e está em segredo de Justiça, podem ser questionados ao controlador geral do município.

Então, como empresa contratante, eu tenho papel, eu tenho responsabilidades e tenho obrigações, mas, da minha parte, eu não vou voluntariar a mais do que meu papel de sigilo que tenho junto ao contrato que tenho com o município de São Paulo.

Dúvidas em relação ao que aconteceu pode – e deve – ser questionado, mas não através de uma informação que foi conduzida pela Prefeitura de São Paulo, não foi pela TakSim.

Todos os procedimentos da Lei Geral de Proteção de Dados, todos os procedimentos ditados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, tudo que foi reportado em queixa-crime está sendo investigado pela delegacia especializada e está sob gestão da Prefeitura de São Paulo, e não pela TakSim.

Então, meu papel é dar esclarecimentos até o limite que me é imposto pelo nosso contrato junto à Prefeitura.

Se há outra informação em relação à parte dos dados. O que é feito com os dados ou o que está sendo armazenado de dados? Tudo que está armazenado de dados, tudo que é coletado de dados, está no contrato. Não existe nenhuma outra informação paralela que não esteja definida no contrato e no Termo de Referência estabelecido para o aplicativo da Prefeitura de São Paulo. Insisto: isso não é um produto da TakSim. A TakSim é uma empresa de tecnologia, eu sou um engenheiro mecânico aeronáutico que trabalha, há mais de 40 anos, desenvolvendo soluções de tecnologia.

Em relação ao apoio, à pesquisa e a conversar com os representantes da categoria, ou alguns dos representantes da categoria, que estão presentes, a partir do dia que foi ditado,

falado, sobre a publicação do vencimento nosso em relação ao edital, nós, eu mesmo entrei em contato com mais de onze taxistas para explicar do que se tratava a tecnologia. Desses onze, sete estão aqui.

Além disso, nós nos reunimos com os presidentes formais da categoria, porque eles que representaram – e a nós foram indicados – como sendo representantes da categoria. Então, de certa forma, nós seguimos o trâmite do nosso contratante a procurar o Sr. Ceará, o Sr. Zequinha, o Sr. Luiz, o Sr. Giovani e mais o Sr. Luiz Antonio, que fez questão de fazer uma audiência e reuniões públicas de taxistas, onde, pelo menos, três das pessoas que estão sentadas, estavam lá, leram e não criaram nenhuma objeção sobre o contrato.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Então, de uma certa forma, nós seguimos o protocolo e a ordem que foi definida para nós, como contratante. Se por um acaso não atendemos a todos, infelizmente, não tivemos a orientação de fazer isso. No entanto, para terminar, temos dois escritórios para atender taxistas. Um está cedido e foi concedido o espaço dentro do sindicato na Rua Estado de Israel; e o outro, temos uma sala dentro do próprio DTP para atender taxistas especificamente, com pessoas treinadas, educadas e preparadas para dar esse atendimento.

Qualquer outra dúvida, estou à disposição como presidente da empresa. Os sócios da empresa, óbvio, não estão todos presentes. No entanto, eu me coloco sempre à disposição de atender juridicamente, tecnicamente e administrativamente sobre aquilo tudo que está implementado no aplicativo dos taxistas de São Paulo através do SPTaxi.

Muito obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Não. Nós não vamos abrir. Eu não tenho como fazer isso agora. A senhora pode. Bem objetiva.

A SRA. ELIANE RATTA – Sr. Carlos, o senhor falou que trabalhou com a Prefeitura, com os representantes para a elaboração do contrato.

De onde surgiu o valor de 500 mil reais no termo e condição de uso? De onde que foi tirado que essa dívida é estendida a herdeiros e sucessores? De onde foi tirada que se a gente não usar...

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – A senhora falou que seria só um segundinho.

A SRA. ELIANE RATTA – São três perguntas: cláusula de 500 mil, dívidas caso o desacoplador for danificado extensivo a herdeiros e sucessores, e, terceiro, se a gente não usar a maquininha fornecida pela TakSim, teria uma taxa de inatividade que não está no contrato. Quem sabia dessas cláusulas? Apontem para mim.

- Manifestação fora do microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. ELIANE RATTA – Agora ninguém sabe? Perguntei ao Ceará e ele falou que não sabia. Perguntei ao Giovani e não sabia. De onde surgiram esses valores?

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Nós abrimos uma exceção e a senhora fez a pergunta.

Sr. Carlos Alberto, o senhor tem o tempo que precisar para poder...

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Perfeitamente. O *site*, desde o dia que surgiu o aplicativo SPTaxi – chamado: sptaxi.prefeitura.sp.gov.br – tem todos os documentos abertos para todos os taxistas que queriam aderir à plataforma. O contrato do que for fora do SPTaxi, então, nós estamos falando de quê? Condições financeiras.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Antes de mais nada, eu gostaria de ter respeito e ser respeitado. Eu não desrespeitei ninguém e nunca deixei de respeitar quem conversa comigo.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vamos pedir silêncio. Vocês fizeram uma

pergunta e ele está respondendo e nem assim tem a capacidade de ouvir. Vamos lá, Sr. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Então, está lá disponível desde o primeiro dia que o *site* da Prefeitura está lá todas as condições contratuais que deveriam ser aceitas e assinadas digitalmente por todos aqueles usuários. Nunca foi modificada nenhuma cláusula até que o próprio sindicato, o próprio Sr. Luiz, o Ceará, com o apoio do próprio Vereador disse: “olha, ninguém está entendendo a multa de 500 mil por violação da propriedade intelectual e industrial”. Não é por mau uso.

Nós já tivemos 15 taxistas que foram substituir o equipamento de graça simplesmente porque tiveram o carro depenado e foram desmontados e precisaram montar um carro novamente. Sem nenhum ônus para o taxista, conforme previsto no contrato. O contrato exigia que todo o SPTaxi não poderia trazer nenhum custo adicional para a Prefeitura, muito menos para o taxista. O único modelo de remuneração é como é feito para os aplicativos sobre o pagamento das corridas e nós ganhamos comercialmente com o valor de 10,97, que é muito menor do que os demais aplicativos que estão por aí no qual vocês desconhecem o que é feito com dinheiro.

Então, respondendo à pergunta: está desde o primeiro dia que o *site* do SPTaxi da Prefeitura de São Paulo está no ar todos os documentos, todas as cláusulas e todos os custos que deveriam ser feitos fora o aplicativo SPTaxi.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Sr. Carlos Alberto, o senhor vai concluir?

O SR. CARLOS ALBERTO SILVEIRA – Para mim, eu não tenho mais nada, a não ser que tenha mais alguma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K. Então, Sr. Carlos Alberto, quando alguns, no início, questionaram o tempo, ele já falou por cerca de 15 minutos. Acredito ser o suficiente. Ele já falou o suficiente para esclarecimentos. Não há mais inscritos.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Não tem pela ordem, Salomão. O nosso

horário é até às 12 horas. Temos mais dois convidados que nós convidamos: um da Prodam, Sr. Carlos Alberto Comar, gerente-executivo de negócios e Aparecido Trindade de Melo, gerente de desenvolvimento e operações.

Os senhores querem fazer uso da palavra? Eles foram convidados e é importante que falem.

O SR. APARECIDO TRINDADE DE MELO – Bom dia a todos.

Fomos convidados e não fomos citados em nenhum momento. Mas de qualquer forma, a gente se coloca à disposição se tem algo a ser esclarecido, nós podemos esclarecer tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Então, a gente tem que fazer a pergunta até por educação, porque foram convidados. É o direito. Já esclareceu que não foram citados em nenhuma oportunidade, então, para eles, estão contemplados.

Luiz Carlos Fernandes Capelo, Presidente dos Taxistas Autônomos de São Paulo, Sinditaxi. Sr. Giovanni.

O SR. GIOVANI ROMANO – Bom dia a todo mundo.

Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Secretário de Transporte Dr. Gilmar, Dr. Roberto Cimatti e demais autoridades presentes, companheiros e companheiros.

Essa polêmica sobre o aplicativo SPTaxi já vem se arrastando há meses. A questão que mais se debateu foi a obrigatoriedade do desacoplador. Essa questão começou a tomar muito vulto, porque quando surgiu o conceito desacoplador, a Prefeitura não veio a público e não esclareceu à categoria o que era o dispositivo e qual era o objetivo de ter esse equipamento obrigatoriamente vinculado ao taxímetro para que o aplicativo pudesse funcionar.

Obviamente, a Prefeitura não tem obrigação de falar muita coisa, mas neste caso seria muito importante, porque era uma inovação. Tratava-se de uma inovação totalmente desconhecida.

Nós temos o serviço de táxi em vários milhares de municípios no Brasil. Poucos utilizam tecnologia semelhante. Mas a Prefeitura preferiu silenciar. Isso deu margem a que

terceiros especulassem, dessem versões e, imediatamente, houve uma reação contrária da categoria, porque essas versões levavam a crer que a finalidade do dispositivo era meramente instalar uma espionagem no trabalho do taxista, verificar a questão de faturamento e verificar a jornada de trabalho. Os senhores bem sabem do que eu estou falando e, em momento algum, isso foi respondido. Na Prefeitura, em momento algum, isso foi respondido. Uma das teorias que surgiu, na época, foi que a Prefeitura pretendia avaliar a média do faturamento dos taxistas, para impor um tributo e cobrar um tributo em cima desse faturamento. Os senhores bem lembram disso.

Então, há essa desconfiança. É importante que as autoridades presentes saibam exatamente o que leva vocês a terem um sentimento que vocês têm. Por que uma grande parte da categoria está contrária, por que tem um sentimento contrário? Por quê? Porque há uma desconfiança. Lá atrás, disse o Imperador Júlio César: “A mulher de César não basta ser honesta. Ela tem que se parecer honesta”. Quando a imagem e o discurso não têm o mesmo significado, a desconfiança se instala. E aí é preciso haver a resposta e a resposta não veio.

Sr. Presidente, é preciso entender que uma parcela da categoria é contrária a qualquer obrigatoriedade, porque simplesmente ela não deseja trabalhar com nenhum aplicativo. Vamos voltar um pouco o nosso filme, porque isso é fundamental para a compreensão. O aplicativo SPTaxi foi lançado no dia 02 de abril de 2018 pelo então Prefeito João Doria, no Vale do Anhangabaú. Muitos dos senhores estavam ali presentes. Faz mais de cinco anos. Naquele momento, o serviço de táxi atravessava uma fase muito difícil, muito difícil. A mídia e a opinião pública estavam seduzidas, estavam seduzidas pelo modal que apareceu, com carros particulares, por meio de plataforma tecnológica, em centenas de milhares de veículos imunes a qualquer fiscalização, imunes a qualquer regulamentação e imunes a qualquer limitação e amparados por centenas de liminares judiciais no Brasil inteiro e assim permanece. Naquele momento, a situação da categoria era muito diferente, com uma perda de demanda em torno de 70%.

Nós assistimos a empresas do setor, associações e cooperativas do setor fecharem

suas portas. Nós assistimos a muitos companheiros de décadas de profissão abandonando a profissão. Nós assistimos, infelizmente, a muitos taxistas que não tiveram força para reagir. Tiraram a própria vida. Quando o então Prefeito João Doria anunciou o aplicativo SPTaxi, aquilo acendeu uma chama de esperança: “Nós vamos ter uma ferramenta para bater de frente com esse concorrente e, quem sabe, tornar o ambiente de concorrência mais justo e menos predatório”. Mas nós estamos, em agosto de 2023 e o aplicativo SPTaxi não sai da teoria, não sai da teoria. Eu espero que saia, eu espero que saia.

Mas o táxi, o taxista – eu sempre digo isso lá no sindicato – se houver uma hecatombe mundial e sobreviverem poucas pessoas, as poucas pessoas que vão sobreviver são taxistas, porque o dia a dia do taxista, os obstáculos com que ele lida, ao longo de anos de profissão, faz dele um sobrevivente. O taxista é um sobrevivente. A ferramenta tecnológica não veio e o taxista foi procurar outros meios. Ele foi procurar outros meios de reagir e, hoje, o taxista, o serviço de táxi, não está curado; mas, a cada dia que passa, vai melhorando. É o doente que teve alta, está melhorando e está procurando progredir e seguir em frente. O táxi está seguindo.

Então, muita gente seguiu em frente, recorrendo, recorrendo às formas mais tradicionais de captação de passageiros. Quais são? Ponto de táxi, telefone celular e fidelização de cliente. É isso, é isso que o taxista faz. Então, o taxista chegou sem o aplicativo. Queria ter o aplicativo, todos queriam, todos nós queríamos ter o aplicativo em 2018. O sindicato tentou lançar um aplicativo. Não foi em frente, porque, na sequência, a Prefeitura lançou o SPTaxi de graça. A categoria gosta de gastar dinheiro? Mas não veio a ferramenta. O que aconteceu depois desse tempo todo?

Os taxistas, boa parte da categoria, hoje, entende que não precisa de um aplicativo. Não faz falta, mas é o seguinte; prestem atenção: vejam como eu enxergo a questão. A gente tem que defender os taxistas. O sindicato não defende interesse de empresa, defende interesse de taxista e do serviço de táxi. Hoje, nós estamos todos aqui. Daqui a dez anos, nenhum de nós está. Eu não estou mais no sindicato, se Deus quiser. Você é novinho. O Zito tem 18 anos. Ele vai mais tempo aí.

Então, é o seguinte: hoje, nós temos os nossos clientes e hoje a criançada, crianças e adolescentes vivem em função de tecnologia. Daqui a dez anos, esse nosso público se aposentou, morreu ou foi embora, e essa menina saiu da faculdade e foi para o mercado de trabalho. Eles são os futuros consumidores e usuários do serviço de táxi. Essa menina não vai querer saber de outra coisa que não esteja ligada à tecnologia. A gente tem que acompanhar, a gente tem que acompanhar a tecnologia, para amanhã, a gente não ser considerado obsoleto, ultrapassado e ser alijado.

Então, um aplicativo precisa existir, que seja confiável e seguro. É preciso haver um aplicativo seguro, confiável e exclusivo do serviço de táxi. Entendeu? Algumas coisas não podem acontecer. Realmente, eu acho que também quem quer trabalhar com aplicativo trabalha. Ninguém pode obrigar, ninguém pode obrigar ninguém a trabalhar com aplicativo.

Então, é o seguinte: eu vou encerrar formulando questões, que vou dirigir especificamente ao Sr. Secretário Gilmar Miranda, porque são as respostas que a categoria precisa e não recebe. Em primeiro lugar, a portaria 78 alterou a portaria 41 e, no nosso entendimento, tornou desobrigatória a instalação do desacoplador, para quem não pretende utilizar o aplicativo na captação de serviço de táxi. A doutora, que usou a palavra há algum tempo, tem uma interpretação de que essa portaria não dispensou a obrigatoriedade. Então, essa seria a primeira questão. A portaria 78 desobriga o taxista que não quer utilizar o aplicativo para captação de corridas, instalados a acoplador? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: “A Prefeitura de São Paulo tem atenção de controlar o horário de trabalho dos taxistas? Em caso afirmativo, pretende estabelecer jornada mínima de trabalho aos taxistas ou impor sanções àqueles que não possam cumpri-la?”. Terceira pergunta: “A Prefeitura de São Paulo pretende colher dados relativos ao faturamento bruto do taxista? Em caso afirmativo, a Prefeitura pretende cobrar algum tributo incidente sobre o faturamento?”. Quarta pergunta: “A Prefeitura pode assegurar que os dados dos taxistas e principalmente dos usuários estarão plenamente garantidos na plataforma SPTaxi?”. Enfatizamos a questão dos dados dos usuários, por entender que seu vazamento poderia

comprometer irremediavelmente o sucesso do aplicativo.

A partir do momento em que essas principais questões – além de outras menores, que nós não vamos detalhar agora, porque eu já falei demais – começarem a ser plenamente esclarecidas, pode começar um novo diálogo entre a categoria e o Poder Público, porque da mesma forma que não existe esse serviço de táxi, não existe taxista sem o serviço de táxi, mas não vai existir o aplicativo sem taxista.

Então, o aplicativo precisa do taxista e para o taxista aderir precisa construir um novo diálogo. Tem de fazer uma nova ponte, essa relação tem de ser rediscutida. E estamos dispostos a colaborar, acredito que toda a categoria, todos aqueles que são verdadeiros taxistas estão dispostos a darem a sua contribuição para que realmente se chegue a um consenso, a uma fórmula que atenda a todos, que permita que o aplicativo seja comercialmente bem-sucedido, satisfaça a necessidade dos taxistas e melhore para o usuário o acesso ao serviço de táxi.

Muito obrigado pelo tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Anuncio a presença, de forma virtual, representando o Sr. Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo, Ipem, o Sr. Luiz Henrique, está de forma *on-line*, o senhor pretende se manifestar?

O SR. LUIZ HENRIQUE – Prezado Vereador Senival Moura.

Eu estou representando o Superintendente do Ipem... (Falha na transmissão.) ...aquele regularmente tecnológico, mas pelo que vi na audiência pública agora, o questionamento do aplicativo da SP Taxi, fazer um empenho... (Falha na transmissão.) ...caso necessite de mais orientações.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.K, é isso.

Então, já passo imediatamente, vou consultar primeiro o Sr. Roberto Cimatti, Diretor do Departamento de Transportes Públicos, DTP, se quer fazer uso da palavra.

O SR. ROBERTO CIMATTI – Volto a cumprimentar a todos os presentes, a Mesa que está composta pelo Presidente, Vereador Senival Moura, Vereador Adilson Amadeu,

Vereador Rodolfo Despachante e o Secretário. Queria só fazer algumas leves considerações para depois passar para o nobre Secretário de Transportes.

Há algum tempo, na versão anterior, quando a outra empresa antecessora estava gerindo o aplicativo SPTaxi, eu recebi umas duas ou três vezes no DTP, grupos de taxistas, inclusive, a Fátima estava presente, reclamando que o taxímetro virtual que era utilizado pelo algoritmo dava diferença entre o taxímetro e a cobrança do aplicativo. Ora, dava a mais e ora dava a menos. Quando dava a mais, o cliente reclamava, porque queria pagar o preço do taxímetro. Ora, dava a menos, quem reclamava obviamente era o taxista que não tinha dado desconto na viagem.

Por esse motivo, por esses questionamentos que foram feitos e a empresa não resolveu esse tipo de problema é que colocamos na licitação, em que a TakSim se sagrou vencedora, a obediência de apresentar uma tecnologia para ligar o taxímetro físico ao aplicativo diretamente, para exatamente cobrar o preço público estabelecido pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

Então, o tal do desacoplador, não é que nós pedimos o desacoplador, nós pedimos uma tecnologia que pudesse fazer essa ligação. E a empresa TakSim apresentou o desacoplador, inclusive, com esse nome. E me parece que até foi o Inmetro que estabeleceu essa denominação pelo aparelho. E esse aparelho foi exigido exatamente para fazer a transferência dos dados do taxímetro para o aplicativo...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO CIMATTI – Vocês poderiam digitar realmente, só que se digitar errado também traz problema.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO CIMATTI – Não é questão de ser analfabeto, você vai me desculpar. O fato é o seguinte, qual é o problema que existe de usar uma tecnologia para transferir exatamente o que estava no taxímetro físico...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO CIMATTI – Não. A obrigatoriedade não existe, quem quer trabalhar com o aplicativo, vai usar o desacoplador; quem não quiser trabalhar com o aplicativo não é obrigatório a trabalhar com o aplicativo.

Então, não adianta vir com conversa contrária à realidade, porque não dá para aceitar esse tipo de coisa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO CIMATTI – O cadastro de condutor – acho que foi o Fattioli que falou que não estava no contrato. Está sim, a empresa foi contratada, inclusive, para fazer modernizações.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO CIMATTI – Não. Inclui tudo, inclusive...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO CIMATTI – Não há ditadura nenhuma, você não é obrigado a usar o aplicativo.

Você só vai abrir um documento digital pelo aplicativo com toda a segurança de que aquele documento não é fraudado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO CIMATTI – Bom, se vocês não querem escutar...

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Eu vou pedir para o Roberto Cimatti suspender um minuto, porque eu tenho que abrir a reunião da Comissão. Em seguida, devolvo a palavra ao Roberto para encerrar, para passar a palavra imediatamente para o Secretário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Sim, eu sei o que vou fazer.

Devolvo a palavra ao Sr. Roberto Cimatti, Diretor do DTP.

O SR. ROBERTO CIMATTI – Somente para finalizar, gostaria de deixar claro que o SPTaxi é o aplicativo oficial da Prefeitura de São Paulo. Todos os dados e informações do aplicativo no que diz respeito tanto ao taxista quanto aos passageiros, são dados da Prefeitura

Municipal de São Paulo, não é da empresa TakSim, a empresa foi contratada para desenvolver e só vai gerenciar nesse período que está desenvolvendo. Então, os dados são da Prefeitura, não são da empresa TakSim, ela não tem o direito de disponibilizar nenhum dado para ninguém, a não ser para a Prefeitura Municipal de São Paulo.

E, por último, acho que o que teria de colocar já foi colocado totalmente e passo a palavra para o...

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Dr. Roberto.

O SR. ROBERTO CIMATTI – Pois não.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Eu queria que o senhor respondesse só uma rápida...

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Salomão, não há mais debate. Já foi, você usou a palavra por duas oportunidades, senão vamos ter de abrir o debate novamente, aí não dá.

Agora, compete ao Secretário que já ouviu todos os apontamentos, a principal reivindicação de vocês compete ao Secretário agora responder. Ficou claro que vocês não querem a obrigatoriedade, é o que está claro, vocês querem que seja de forma facultativa. Agora, compete a quem responder? Ao Secretário. Senão vamos ter de abrir outros debates e aí não dá.

Com a palavra o Secretário Gilmar Pereira Miranda, para responder todos os apontamentos que foram apresentados por aqueles que fizeram uso da palavra e apresentaram reivindicações, porque alguns fizeram uso da palavra e não apresentaram reivindicações.

Secretário, o tempo que for necessário.

O SR. GILMAR PEREIRA MIRANDA – Obrigado, Presidente.

Também para não voltar muito no tempo, falar da Lei do Táxi, todo o regime jurídico que o sistema é dependente dessa normativa municipal, sabemos o quanto é importante para vocês a autonomia que vocês têm no dia a dia do trabalho realizado no desenvolvimento da atividade de transporte individual.

Então, só gostaria de pontuar que mesmo o exercício da atividade, a própria

Constituição fala que quando precisamos executar determinada atividade na sociedade, o Legislativo Municipal, Estadual e Federal pode disciplinar, conforme a competência de cada um dos entes. No caso do município de São Paulo, a gente já tem uma lei própria que todo mundo conhece, da década de 60, que agora veio com complementações próprias do Plano Nacional de Mobilidade Urbana.

Então, existe sim determinados parâmetros que caracterizam a natureza do taxista, o veículo que é utilizado e todas as prerrogativas que vocês têm no desempenho das suas atividades na cidade de São Paulo, na condução da população durante o desenvolvimento das atividades.

Dentro dessas regras que todos são aderentes, existe a questão do cadastro individual, ou seja, cada motorista cadastrado na Prefeitura com a emissão do ConduTax tradicional. E, para aqueles que têm a titularidade do veículo, existe a questão do alvará de estacionamento, que confere tanto a titularidade de ter uma placa hoje, aluguel dentro do CTB, como também a possibilidade de se organizar em pontos de estacionamento na cidade de São Paulo, sendo que alguns já em exercício nessa atividade e outros preferem trabalhar de forma desvinculada a um ponto de táxi. Esse é o grande marco da década de 60.

Em 2017, a Prefeitura, a partir de todo o movimento que houve de novas *startups*, introduziu outros mecanismos de transporte individual, trazendo uma solução que já vinha do Rio de Janeiro, conforme mencionaram numa das manifestações a respeito do Táxi Rio. O então Prefeito João Doria trouxe para a cidade de São Paulo a mesma concepção do Táxi Rio e foram feitos contatos técnicos tanto da Secretaria dos Transportes, sob a tutela do Secretário Avelleda na época, como também da própria Prodam. E a Prefeitura, por meio da Prodam e da Secretaria, construiu a primeira modelagem do SPTaxi.

O SPTaxi era gratuito porque não havia módulos de pagamento, justamente por conta da complexidade que há em se ter toda uma questão de transação financeira. Então, houve só uma disponibilização de um sistema de aproximação entre usuário e taxista.

Já que este projeto era custeado pelo cofre público, havia a necessidade de um

suporte por parte de alguma empresa que pudesse, a partir de receita própria, manter o aplicativo que é da Prefeitura, bem como implementar novos módulos.

No primeiro processo licitatório, a empresa Allianz gerou diversas inconformidades na sua execução, chegou a ser apenada. Não teve o contrato cancelado, ele não foi renovado, mas pesadas multas recaíram à empresa Allianz por conta desses vícios que o próprio Roberto trouxe para vocês, que vinham diretamente de representantes do sistema de táxi.

A solução foi a construção de uma nova empresa para tocar o projeto. A empresa vencedora do processo licitatório foi a TakSim. Em que pesem as denúncias trazidas pelos representantes, a empresa atendeu todos os requisitos da legislação e do edital durante o processo licitatório. Não existia e ainda não existe nenhum elemento apto para a gente desqualificar a empresa TakSim, embora existam debates envolvendo a execução.

Em relação a isso, a gente tem lidado diretamente com o Carlos, o representante legal que mais tem proximidade com a gente sobre a necessidade de o sistema vingar na cidade de São Paulo, justamente porque está lidando com o aplicativo que é a marca da cidade de São Paulo, o SPTaxi. Por isso, a gente pretende o quanto antes, disponibilizar esse sistema para a cidade de São Paulo.

Com relação ao cadastro obrigatório, já seguindo a própria onda nacional, que era o aplicativo da Carteira Digital de Trânsito – a CDT; sendo um aplicativo da cidade de São Paulo, houve uma oportunidade de já trazer esse público seletivo, que é um grupo que possui uma base de dados, não como a Prodam, que sustenta, mas que é utilizado pelo DTP, é uma forma de a gente disponibilizar essa documentação para o usuário, o taxista, tanto a forma do Condutox, como do seu Alvará de Estacionamento.

Para isso, foi criada a portaria pela Cetran, no que tange à criação dos documentos eletrônicos. A nossa proposta era deixar de ter documentos físicos, mas somente digitais; assim como o Senatran já está nesse processo.

A gente tem que lembrar que o público vinculado ao Sistema Nacional de Trânsito é infinitamente maior do que o de vocês. Hoje, são por volta de 60.000 taxistas ativos, 36.000

alvarás válidos na cidade de São Paulo; então, é um público muito reduzido.

Todos fazem o uso de *smartphones*. Então, já se tem uma predisposição de introduzir essa tecnologia como forma de documentação única. E surgiu um grande debate envolvendo o desacoplador. O termo veio de órgãos de aferição e, por conta desse grande problema que surgiu, esse conflito existente, dentro da categoria e para com o Poder Público Municipal, decidimos voltar atrás com relação ao alvará de estacionamento porque isso envolvia uma necessária revisão do contrato firmado com a TakSim, que é a prestadora de serviço do município de São Paulo.

Portanto, como não há mais a necessidade da instalação de nenhum equipamento, mas sim da submissão só dos dados que são do Poder Público à base de dados do SPTaxi, entendemos por bem manter o cadastro do ConduTax naquele momento.

Em que pese a afirmação de que o Poder Público Municipal exige o prévio cadastro, inclusive do veículo, como condição até da sua aprovação, é importante esclarecer que existe uma hierarquia de portarias: a portaria Cetran, a portaria DTP. Então, a partir do momento em que houve alteração da portaria Cetran e se desvinculou a necessidade do cadastro do alvará eletrônico, mantendo o alvará físico para aqueles que não quiserem utilizar o SPTaxi como ferramenta de captação de clientela, não há mais a necessidade de ter o cadastramento do veículo e a submissão da sua placa à plataforma do SPTaxi.

Contudo, a gente ainda vê como algo positivo para o serviço de táxi, assim como para a Prefeitura, o cadastramento dos taxistas, considerando que a gente passou por um período de pandemia e que as renovações estavam sendo feitas de forma automática, por conta da indisponibilidade de cobertura do DTP para atendê-los durante a pandemia; além de todo o processo de renovação automática que o Senatran e o Contran tiveram durante esse período, acumulando de três a quatro exercícios de CNH sendo aprovadas de forma automática pelo órgão central. Então, isso prejudicaria esse cadastro.

Recentemente, houve mudanças na legislação que alterou data de validade de boa parte da população condutora de veículos automotores na cidade de São Paulo e toda essa

incompatibilidade entre 10 anos no federal, até os 50 anos. Então, a gente trabalhou ainda a necessidade de um curso a ser renovado nesse período perante a Prefeitura. Por isso, esse cadastramento foi visto como importante para o Poder Público, o Executivo.

Não existe nenhum projeto na cidade de São Paulo para instituir tributo sobre taxista, isso tem que ficar bem claro. Não existe qualquer meio pelo qual o Poder Público Municipal vai controlar a jornada ou o que acontece no dia a dia do táxi.

O importante é esclarecer que é uma via de mão dupla: o Poder Público concede outorgas para o taxista ter a sua placa para circular na cidade de São Paulo. Estamos em processo até recentemente, com um decreto do Prefeito Ricardo Nunes que expediu mais cinco mil novos alvarás. Também temos um outro decreto pendente, do nosso saudoso Bruno Covas, com relação aos táxis acessíveis, que ainda precisamos modelar a forma de concessão desses novos alvarás.

O nosso objetivo é, sim, ampliar o serviço de táxi, dar maior disponibilidade desse serviço, que é importante para a circulação na cidade de São Paulo, justamente por conta da importância que é ter a disponibilidade de um serviço de qualidade num nível individual, que já tem uma clientela própria para tanto, já tem toda uma dinâmica própria que não é uma concorrência do transporte coletivo, mas, sim, um serviço diferenciado voltado ao transporte individual. E o Poder Público Municipal confia que, hoje, dos modais que há de transporte individual no Brasil, o melhor sistema de transporte individual de passageiros é o sistema de táxi tal qual desenhado pelo Poder Público e executado e aprendido com vocês, com as senhoras, com os senhores, no dia a dia da cidade.

Com esses esclarecimentos macros – eu sei que já ultrapassamos demais o tempo, Presidente –, quero encerrar.

Ficamos sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Secretário, fique à vontade. Se precisar esclarecer mais alguma coisa, pode ficar à vontade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Você teve o tempo todo, extrapolou o seu tempo para perguntar, atacou por outros lados. Mas tudo bem. Se for bem objetivo, o Secretário está aí, ele responde, sem problema algum.

Vamos lá. Pode fazer a pergunta.

O SR. ALESSANDRO FATTIOLI – Agora não mais como procurador, mas como secretário: a Prefeitura tem capacidade de gerir a documentação de maneira tecnológica? Se tem essa capacidade – provavelmente tem –; e se a Prefeitura não tem essa capacidade, então é por isso que está tentando terceirizar para a TakSim, e, aí, obrigando a gente a colocar no táxi? É por isso? É por incompetência da Prefeitura?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vamos lá, Secretário.

Vamos ouvir o Secretário, que agora vai responder. Vocês podem ouvir a pergunta do próprio colega de vocês?

O SR. GILMAR PEREIRA MIRANDA – Com relação ao argumento de possível...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Você já perguntou.

O SR. GILMAR PEREIRA MIRANDA – A argumentação de competência do Poder Público Municipal em fazer o cadastro dos nossos taxistas: temos – e isso não é de hoje – tivemos sempre como nosso grande braço de operação na área de informática e desenvolvimento de conhecimento informático a Prodam. Isso sempre foi reconhecido. Contudo, a Prodam não teria condição, àquela época, de desenvolver novos módulos para o aplicativo – por exemplo, módulos voltados ao pagamento, porque existe a necessidade de outros contatos voltados a bancos para fins de processamento desses pagamentos; e não havia, naquele momento, condição de a Prodam avançar em outros módulos do SPTaxi tal qual foi desenvolvido e lançado em 2018.

Então, houve a necessidade de aprimorar esse projeto; e, dentro do aprimoramento do projeto, viabilizando formas de pagamento dentro do aplicativo, a Secretaria, à época, resolver

aquele primeiro edital – que foi aquele edital inicialmente vencido pela Alias. E aí volta todo o histórico sobre o qual eu fiz menção rapidamente: posteriormente, com a TakSim, que todos vem acompanhando – que o Dr. Cimatti já trouxe alguns detalhes, e eu complementei de alguma outra forma.

Não é o Poder Público, o Executivo, a Administração Direta que tocaria isso; teria, necessariamente, que contar com o apoio e expertise da Prodam. Só que a Prodam, à época, tinha essa limitação do processamento de pagamentos – precisava desenvolver outros módulos para viabilizar o pagamento, que ainda estava em ebulição justamente por conta dos outros aplicativos, que é o pagamento de cartão; e agora, até, o Pix. Então a ideia era desenvolver alguma forma que pudesse vincular tanto o aplicativo, a mensuração do dado que é proveniente do taxímetro, que é o melhor elemento de aferição de quanto foi aquela viagem, e alguma outra solução financeira, que àquela época escapava da Prodam.

Só para terem uma ideia, a Prodam, provavelmente, àquele momento, teria que lançar uma licitação só para contratar um banco para fazer esse processamento, por conta justamente de limite legal que a Prodam tem.

Foi esse contexto que gerou a necessidade de não ter mais a Prodam naquele momento, foi o grande salto para a viabilidade. Então, passar para uma empresa particular que pudesse atuar nesse desenvolvimento e complementação do aplicativo desenvolvido pela Prodam.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vereador Adilson Amadeu, quer fazer uso da palavra por um segundo, só para encerramento?

O SR. ADILSON AMADEU – Em primeiro lugar, quero agradecer a todos os presentes, quero agradecer ao Secretário.

E, aproveitando – depois de tudo que eu escutei, porque o contrato jurídico da Prefeitura cuidou, e está cuidando –, eu gostaria, já na oportunidade de estar o CEO da empresa, o Sr. Carlos Silveira... Eu, dentro do que eu já ouvi, dentro do desgaste que já deu para a profissão taxista, a empresa dos senhores, de um modo ou de outro – não quero saber se os

senhores estão na justiça, são devedores ou coisa parecida. Como os senhores têm o certificado, hoje, da Prefeitura, os senhores – podem acreditar... Nós estamos, hoje, no dia 2 de agosto. Até o dia 31 de agosto, se não tiver de pé, funcionando, eu serei o primeiro, com o Secretário, a ir até o Prefeito e falar que os senhores não têm essa competência de tocar esse aplicativo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADILSON AMADEU – Então, não tem a necessidade de colocar o aparelho ou coisa parecida, mas tem a necessidade, sim, já, todo esse tempo em que essa empresa está cuidando, está se dedicando, mas ainda não fez andar o aplicativo.

É necessário, seja o aplicativo “a”, “b” ou “c”? É necessário, sim, porque o taxista, queira ou não queira, precisa.

Hoje, vocês estão dando para a 99Táxi cerca de 300 mil corridas por dia. Vocês, taxistas, estão dando. E esse aplicativo, se os senhores estivessem realmente unidos no Estado de São Paulo... Eu tenho pessoas que eu sei que teriam condições de desenvolver um aplicativo, vocês não fizeram no tempo que precisava.

Eu, como Vereador, não tenho a técnica, e nem quero saber. Tive três reuniões – hoje é a segunda ou a terceira com o senhor. Não conheço os donos da empresa. Mas tem que, sim, andar.

É isso aí, Presidente.

- Manifestação fora do microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Chegamos ao fim de mais uma audiência pública. Foram treze inscritos que fizeram uso da palavra, mais alguns convidados que vieram. Todos os convidados puderam se manifestar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Os Vereadores que compareceram também fizeram uso da palavra. E a audiência pública, o objetivo da audiência pública, era para esclarecimento.

Compete ao Secretário, ao Poder Executivo...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Eu não represento nenhum taxista, quero deixar claro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Só para poder finalizar.

Estamos encerrando a audiência pública.

Tem que ficar registrado que foram 13 representantes dos segmentos que vieram e fizeram uso da palavra; todos os convidados. O Poder Executivo veio, o Secretário falou, o Diretor do DTP também fez uso da palavra. Dessa forma, concluímos a audiência pública.

Nada mais havendo a ser tratado, estão encerrados os nossos trabalhos.
